

Governo demite no próximo ano

Philio Terzakis

Da equipe do **Correio**

O governo está se preparando para reduzir ainda mais os gastos com os servidores públicos a partir de janeiro de 1999. Esta semana, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) enviará ao presidente Fernando Henrique Cardoso dois projetos de lei, regulamentando a demissão de funcionários, de acordo com o estabelecido pela emenda constitucional nº 19 ou reforma administrativa.

Aprovada e promulgada este ano, a reforma prevê a dispensa de servidores em dois casos: por insuficiência de desempenho e por excesso de despesas — demissão determinada pela chamada Lei Camata, que fixa um limite de 60% da receita líquida de estados e municípios para os gastos com pessoal.

Mas esses dois pontos dependem de outras leis que estabeleçam critérios para as demissões. Por exemplo, não basta a vontade de um chefe para colocar um funcionário na rua. O processo é bem mais complexo e exige, por exemplo, a avaliação do servidor, realizada por uma comissão formada por pessoas de outros órgãos do governo.

Regras como essa foram elaboradas por técnicos do Mare e estarão nas mãos do presidente até sexta-feira. Só depois deverão ser enviadas ao Congresso Nacional. O governo pretende aprová-las ainda este ano, mas as leis passam a valer apenas a partir de janeiro do próximo ano. Até lá, os governantes estão proibidos de demitir funcionários, conforme manda a Lei Eleitoral.

Caso os estados e municípios não cumpram a Lei Camata, poderão perder verbas. A reforma determina que, se os ajustes nas contas não forem feitos, os repasses sejam suspensos.

PRIORIDADE

Além das propostas que tratam das demissões, outras nove estão sendo elaboradas para regulamentar a reforma administrativa. Os projetos que tratam das demissões, entretanto, são os únicos considerados emergenciais. "Eles são prioritários para o governo porque os novos governadores e prefeitos devem começar seus mandatos em condições de ajustar suas contas, principalmente no que diz respeito à Lei Camata", explica um assessor da ministra da Administração, Cláudia Costin.

As outras propostas estão sendo elaboradas por quatro comissões formadas por 31 juristas convidados pelo Mare. Eles devem concluir o trabalho até o final deste mês. Entre outros pontos, os projetos dizem respeito à defesa do usuário de serviços públicos e às formas de participação do usuário na administração pública, direta e indireta.